

Prefeitura aumenta ISS

Sob pretexto de adequar imposto a lei federal, município avança nos ganhos dos profissionais liberais. Conta pode ficar para consumidores

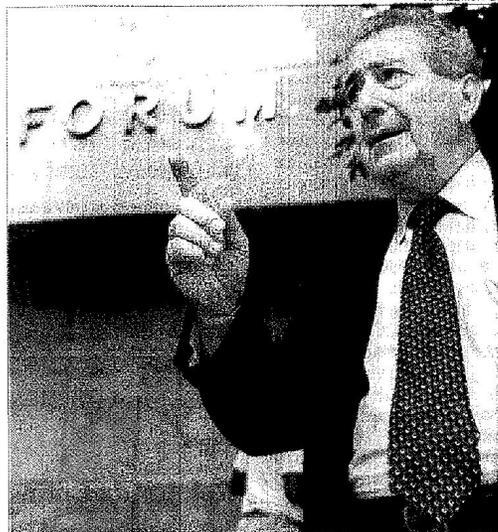
NEYLOR TOSCAN

Profissionais liberais da cidade do Rio de Janeiro pagarão mais impostos a partir do ano que vem. Decreto do prefeito Cesar Maia, publicado ontem no **Diário Oficial**, altera a forma de tributação dessas pessoas, elevando o Imposto sobre Serviços (ISS) para 5% do faturamento. Até agora, os profissionais contribuíam com um valor fixo. A elevação da carga tributária dos liberais pode representar aumento nos custos de empresas de diversos setores e ser repassada aos consumidores por meio de aumento de preços de produtos e serviços.

Além de profissionais liberais, foram atingidos pelo aumento da alíquota pessoas físicas equiparadas a empresas e sociedades unipersonais. O Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ) anunciou que vai ingressar com

Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para questionar a norma no Supremo Tribunal Federal (STF). Para o presidente do CRC, Nelson Rocha, "o setor de serviços já está sobrecarregado e não pode suportar um novo aumento de carga tributária". Rocha disse não ter dúvidas de quem pagará a conta: "Sobrará para o consumidor final, com o aumento de preços. Outros profissionais não vão conseguir repassar e arcarão com o aumento do imposto, diminuindo mais os seus ganhos".

O advogado Flávio Guberman, especialista em Direito Tributário, disse que, se o decreto atingir o faturamento dos profissionais liberais, será inconstitucional. "A Lei Complementar com as mudanças no ISS não revogou a legislação anterior, que não permite que se tribute esses profissionais pelo faturamento", explicou Guberman.



CORTÁS criticou a medida e disse que dinheiro fará falta no fim do mês

Secretário de Fazenda rebate críticas

O secretário municipal de Fazenda, Francisco de Almeida e Silva, rebateu as críticas de que a nova política de cobrança do ISS vá aumentar a carga tributária. "Nossa preocupação é fazer justiça tributária, consolidando uma situação em que os que ganharem mais pagarão mais", defendeu. O secretário, que é advogado, citou como exemplo o caso dos profissionais da carreira jurídica. "No caso dos advogados, por exemplo, um grande escritório de Direito paga hoje o mesmo imposto - ISS - que um simples advogado que atua sozinho com pequenas causas", explicou.

Para defender a decisão do prefeito Cesar Maia de avançar nos ganhos de advogados e outros profissionais liberais, o secretário de Fazenda citou o caso do muni-

cípio de São Paulo. "Na capital paulista, a cobrança de ISS foi aprovada com valor anual fixo de R\$ 1.200. Os profissionais daquela cidade se insurgiram contra a nova legislação, recorrendo ao Judiciário, alegando que a taxação deveria ser por alíquota proporcional, como fizemos aqui no Rio", contou Almeida e Silva.

Apesar dos argumentos do secretário, advogados questionaram a medida. Sérgio Cortás, 65 anos, criticou: "A guia do governo vai acabar obrigando as pessoas a sonegar imposto. Parece pouco, mas faz falta no orçamento no fim do mês. Nós já pagamos Imposto de Renda. Trata-se de carga tributária excessiva".

Na página 20, Imposto de Renda e Cofins incomodam